

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

4/5



Edições
Colibri

◁▷↖↗↘↙⊙⊛⊞⊟⊠⊡⊢⊣⊤⊥⊦⊧⊨⊩⊪⊫⊬⊭⊮⊯⊰⊱⊲⊳⊴⊵⊶⊷⊸⊹⊺⊻⊼⊽⊾⊿⋄⋆⋇⋈⋉⋊⋋⋌⋍⋎⋏⋐⋑⋒⋓⋔⋕⋖⋗⋘⋙⋚⋛⋜⋝⋞⋟⋠⋡⋢⋣⋤⋥⋦⋧⋨⋩⋪⋫⋬⋭⋮⋯⋰⋱⋲⋳⋴⋵⋶⋷⋸⋹⋺⋻⋼⋽⋾⋿ⓀⓁⓂⓃⓄⓅⓆⓇⓈⓉⓊⓋⓌⓍⓎⓏⓐⓑⓓⓔⓕⓖⓗⓘⓙⓜⓝⓞⓟⓠⓡⓢⓣⓤⓥⓦⓧⓨⓩ⓪⓫⓬⓭⓮⓯⓰⓱⓲⓳⓴⓵⓶⓷⓸⓹⓺⓻⓼⓽⓾⓿ⒶⒷⒸⒹⒺⒻⒼⒽⒾⒿⓀⓁⓂⓃⓄⓅⓆⓇⓈⓉⓊⓋⓌⓍⓎⓏⓐⓑⓓⓔⓕⓖⓗⓘⓙⓜⓝⓞⓟⓠⓡⓢⓣⓤⓥⓦⓧⓨⓩ⓪⓫⓬⓭⓮⓯⓰⓱⓲⓳⓴⓵⓶⓷⓸⓹⓺⓻⓼⓽⓾⓿

O TEMPLO, O PALÁCIO E O PEQUENO PRODUTOR NA BAIXA MESOPOTÂMIA PRÉ-SARGÓNICA

Por EMANUEL BOUZON

*Professor da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro*

Zusammenfassung

Die Anfänge der neolithischen Zeit bedeuteten zweifelsohne für die Menschheit eine tiefgreifende Veränderung in seiner Lebensweise. Der Jäger und Nahrungssammler früherer Zeiten wird nun der Erzeuger seiner eigenen Ernährung. Diese Veränderung verlangte vom neolithischen Menschen eine festere Beziehung zu einem bestimmten Ort. So entstehen die ersten neolithischen Siedlungen. Die Wirtschaft dieser Siedlungen besteht aus Landwirtschaft und Viehzucht; sie wird in den Häusern (sum. É) der großen Familien betrieben. Eine solche Wirtschaft darf man wohl, mit Finley, als Oikos-Wirtschaft beschreiben. Als die neolithische Kultur die Gebiete der alluvialen Tiefebene Mesopotamiens erreichte, begann, dank der neuen ökologischen Umgebungen und der Erschaffung eines künstlichen Bewässerungssystems, ein rascher Entwicklungsprozeß, der gegen 3000 v. Chr. in der Gründung des ersten Stadt-Staates gipfelte. Die Struktur einer Stadt verlangte aber von den neolithischen Siedlungen eine tiefe Veränderung. Die neu entstandene Gesellschaftsordnung charakterisierte sich durch die scharfe Trennung zwischen den Fachleuten und den Nahrungserzeugern. Die ersten ließen sich im Stadtzentrum nieder während die zweiten in den alten umliegenden

Siedlungen blieben. Die Stadt schaffte also eine straffere Stratifizierung der Gesellschaft, in der die Fachleute, besonders aber die Schreiber nach der Erfindung der Schrift, privilegiert wurden. Für die städtische Gesellschaft war auch das Autoritätssystem der alten Siedlungen nicht mehr ausreichend. Die Stadt benötigte wegen ihrer Komplexität neue zentralisierte Entscheidungspole, die über den verschiedenen Siedlungen standen. Wie die reiche Dokumentation aus dieser Zeit zeigte, wurde das ganze wirtschaftliche und soziopolitische Leben der Gesellschaft in den Städten Südbabyloniens auf die Tempel bezogen. Der Tempel war nicht nur das kultische, sondern auch das politische und wirtschaftliche Zentrum der Stadt. Da die Wirtschaft auf einem Redistributionssystem beruhte, hing praktisch die ganze Bevölkerung vom Tempel ab. Sie bearbeitete die Ländereien der Tempel (GÁNA.EN) oder pachtete sie (GÁNA.APIN.LÁ). Einige höher gestellte Funktionäre bekamen auch Teile dieser Länder als Vergütung ihrer Dienste (GÁNA. ŠUKU). In den Städten Nordbabyloniens aber hat der Palast sich schon früh über die Tempel erhoben und als politisches und wirtschaftliches Zentrum durchgesetzt. Man darf aber weder von einer theokratischen Gesellschaftsform oder von einer Tempelstadt, noch von einer staatlichen Wirtschaft sprechen. Wie besonders die Texte aus Shuruppak zeigen, gab es sowohl in Süd – wie in Nordbabylonien neben der Tempel – und Palastwirtschaft, die den großen Oikos bildeten, auch die privaten Oikoi, die in den Händen der einzelnen Großfamilien lagen.

I

Na passagem do sétimo para o sexto milénio da era pré-cristã, o Oriente Próximo foi o cenário de transformações profundas em suas estruturas sócio-económicas. O homem do Oriente Próximo passou, paulatinamente durante esse período, de caçador e colector de alimentos, a produtor de seu próprio sustento. Esta mudança no *modus vivendi* do homem neolítico foi tão radical e suas consequências na sociedade e na economia tão profundas, que o arqueólogo V. Gordon Childe denominou-a revolução neolítica⁽¹⁾. O cultivo de alimentos e a domesticação de animais exigiu do homem neolítico uma mudança no tipo de habitação dos agrupamentos humanos. Começou um longo e paulatino processo de sedentarização⁽²⁾. Inicialmente o homem neolítico parece ter misturado os antigos hábitos de caçador e colector de alimentos com os novos hábitos de produtor de alimentos, cultivando campos em que ele permanecia durante um determinado período⁽³⁾. É o tipo de posse de terra de cultura, que poderíamos classificar de semi-permanente, em que o cultivo dos campos se alternava com períodos de caça e de transumância com os animais domesticados. Do campo semi-permanente surgiu a aglomeração permanente⁽⁴⁾.

A arqueologia constatou, em suas escavações, que o homem neolítico viveu, inicialmente, em aglomerações de estrutura circular, que dificultavam qualquer tipo de desenvolvimento⁽⁵⁾. No Oriente Próximo, contudo, este tipo de habitação parece ter sido logo substituído pela aldeia de estrutura rectangular⁽⁶⁾. Nesta aldeia as casas eram construídas em planta rectangular, com uma área de 25 a 35 m², com vários cômodos e lugares próprios para armazenamento e abrigavam, normalmente, uma família nuclear⁽⁷⁾. O próprio tipo de construção rectangular facilitava even-

tuais acréscimos e apêndices, se, por exemplo, a família nuclear viesse a desenvolver-se em família extensa, como parece ter sido o caso a partir da cultura de Samarra⁽⁸⁾. A arqueologia mostrou, outrossim, que as primeiras aldeias de estrutura rectangular do Oriente Próximo ocupavam uma área de, apenas, 1 a 4 hectares⁽⁹⁾.

Depois de uma fase incipiente de produção de alimentos, as inovações básicas que caracterizavam a cultura neolítica atingiram todas as áreas do Oriente Próximo. Essas inovações são representadas pela formação de comunidades aldeãs, pelo cultivo de algumas gramíneas e leguminosas seleccionadas, pela criação de cabras, ovelhas, suínos e bovinos e pela introdução de técnicas tipicamente neolíticas como a tecelagem e a produção cerâmica. A arqueologia constatou que houve, entre os anos 6000 a 4500 a. C., uma notável expansão dos níveis demográficos e tecnológicos. As técnicas produtivas, que, com muita fadiga, tinham sido desenvolvidas nas regiões aos pés das montanhas, espalharam-se, agora, pelos planaltos anatólicos e iranianos e penetraram, finalmente, na região do aluvião mesopotâmico. Para firmar-se nesta região foi, contudo, necessário que a colonização agro-pastoril preparasse a sua infra-estrutura com desmatamentos, drenagem e processos de irrigação. Mas, uma vez preparada essa infra-estrutura, as possibilidades de produção no aluvião mesopotâmico eram bem maiores do que nas regiões montanhosas, que contavam, apenas, com as variações pluviais dessas regiões.

Os resultados de pesquisas arqueológicas, no Oriente Próximo, mostraram que a organização de uma comunidade aldeã neolítica era bastante simples. A aldeia era, geralmente, constituída por poucas famílias extensas e havia nela, conseqüentemente, um parentesco generalizado. O poder decisório estava baseado na presença de alguns poucos chefes de família (ancião) e não havia diferenças substanciais de carácter sócio-político entre esses chefes⁽¹⁰⁾. No interior da comunidade o papel de cada núcleo parece ter sido, essencialmente, paritário e seu tipo de agregação basicamente cumulativa⁽¹¹⁾. Nessas aldeias não havia, pois, lugar para especialistas de dedicação exclusiva; mesmo actividades não directamente ligadas à produção de alimentos, como a tecelagem e a cerâmica, eram executadas pelas famílias de produtores de alimentos⁽¹²⁾. A arqueologia não encontrou elementos que pudessem ser interpretados como sinais de expressão de uma unidade comunitária do tipo edifício público, como templos ou armazéns comunitários⁽¹³⁾. Pode-se, pois, con-

cluir que o próprio tipo de organização social da comunidade neolítica dificultava o processo de estratificação dessa sociedade e tornava irrelevantes eventuais diferenças funcionais⁽¹⁴⁾.

A economia de uma comunidade aldeã neolítica era, essencialmente, uma economia de subsistência baseada na reciprocidade⁽¹⁵⁾. Sua base era agro-pastoril, fundada em uma seleção acurada das espécies domesticadas. Entre as plantas firmaram-se a cevada e alguns tipos de trigo; entre os animais encontravam-se o cão (para guarda, pastoreio e caça), cabras, ovelhas, suínos, bovinos e, já no fim do período, os asnos como animais de carga. Além de fornecer carne (suínos e animais machos dos caprinos e ovinos), a criação de animais contribuiu no trabalho (bois, asnos), forneceu leite e outros produtos de laticínios (bovinos, caprinos e ovinos) e fibras têxteis (ovinos)⁽¹⁶⁾. Paralelamente às actividades de criação de animais domesticados, continuou a prática venatória, importante até para proteger a produção de alimentos contra animais predadores e herbívoros selvagens.

A arqueologia comprova, também, a existência de fibras tanto vegetais (linho) como animais (lã) que, tratadas convenientemente e transformadas em fio contínuo, possibilitaram o surgimento de uma indústria têxtil⁽¹⁷⁾. Os tecidos produzidos pela tecelagem neolítica foram usados na confecção de roupas, que substituíram o uso de peles de animais, como vestimentas, típico dos períodos paleolítico e mesolítico⁽¹⁸⁾. Surgem, também, novas técnicas de transformação relacionadas com a produção de alimentos. É o caso da moagem das sementes com um tipo de mó manual de pedra, método já conhecido anteriormente, durante a fase de recolhimento de alimentos espontâneos, mas que agora vai tornar-se um processo normal na vida doméstica. Depois do aparecimento da cerâmica, um novo método de transformação de alimentos é o processo de cozinhá-los⁽¹⁹⁾.

Em uma aldeia neolítica, o centro produtor era, pois, o *oikos* das famílias extensas. Os campos cerealíferos, principais meios de produção em uma economia agrícola, pertenciam à comunidade de famílias extensas. O proprietário fundiário privado participava do direito de propriedade, provavelmente, enquanto membro dessas famílias⁽²¹⁾. O tipo de economia igualitária e distributiva da aldeia neolítica não exigia mecanismos de decisão complexos e extra-familiares. Mesmo após a entrada nas terras de aluvião da Baixa Mesopotâmia não foi necessário criar logo um pólo decisório extra-familiar. As comunidades neolíticas estabeleceram-se ao

longo dos cursos de água e, por isso, não foram, imediatamente, necessárias obras hidráulicas de grande porte, que, sem dúvida, teriam exigido um tipo de governo mais centralizado.

A agricultura irrigada possibilitou, contudo, um aumento considerável na produção de alimentos. De acordo com os cálculos de K. V. Flannery, com a introdução da irrigação artificial, uma área de 2 km² podia abrigar seis habitantes, enquanto que numa economia baseada na caça e no recolhimento de alimentos era necessário um território de 26.000 hectares para um grupo de dez habitantes⁽²²⁾. A agricultura irrigada conseguiu, pois, produzir mais em uma área menor de cultivo e, assim, alimentar uma população, significativamente, maior⁽²³⁾. A consequência lógica de um tal aumento substancial na produção de alimentos foi, sem dúvida, o aumento de migrações em direcção à Baixa Mesopotâmia.

A vinda de novos grupos populacionais para a região causou, naturalmente, pressões demográficas que provocaram, certamente, o aparecimento de uma maior estratificação social dentro da comunidade aldeã. J.-P. Gregoire está, certamente, correcto quando escreve que o processo de estratificação social é determinado pela diferença, cada vez maior, entre o crescimento progressivo da população e a área, proporcionalmente menor, de terras que garantem a produção de alimentos⁽²⁴⁾. Pode-se, pois, concluir que, com o crescimento demográfico, os mecanismos de controlo dos meios de produção e, conseqüentemente, dos recursos estratégicos, tornaram-se cada vez mais complexos⁽²⁵⁾. Esta necessidade de maior estratificação social levou, paulatinamente, a uma passagem da sociedade comunitária para uma sociedade mais estratificada, que parece ter sido a característica do IV milénio⁽²⁶⁾.

II

Pela metade do IV milénio, o Sul da Baixa Mesopotâmia sofreu um significativo aumento de população provocado, provavelmente, por imigrações maciças de novas populações em direcção ao Sul da planície mesopotâmica⁽²⁷⁾. O aumento demográfico, junto com o domínio crescente das técnicas de irrigação artificial, provocou um crescimento económico que trouxe consigo um desenvolvimento tecnológico e uma intensificação do comércio com as zonas periféricas à procura de matéria-prima inexistente na Baixa Mesopotâmia⁽²⁸⁾. A arqueologia encontrou,

já no período conhecido como Tell el 'Obed (c. 4500-3500 a. C.), os primeiros vestígios de organização proto-urbana⁽²⁹⁾.

No período seguinte, denominado Uruk IV (c. 3500-3100 a. C.), acentuou-se o carácter de urbanização, com centros urbanos dominados pelo templo construído no centro do núcleo urbano e cercado de aldeias produtoras de alimentos⁽³⁰⁾. No início do terceiro milénio, Uruk é já um importante centro urbano com uma área de, aproximadamente, 400 hectares e com uma população girando em torno de 40.000 habitantes⁽³¹⁾. No período Uruk III, também conhecido como Djemdet Nasr (c. 3500-3100 a. C.), a urbanização foi consumada e começaram a aparecer outros centros urbanos no Sul da Baixa Mesopotâmia, como Ur, Nippur e Lagaš. A criação dessas primeiras cidades é, geralmente, atribuída aos Sumérios estabelecidos durante esse período no Sul da Baixa Mesopotâmia⁽³²⁾. Outros modelos urbanos começaram a surgir, também, no Centro da Baixa Mesopotâmia⁽³³⁾ e na região do Diyālā⁽³⁴⁾.

Uma das características essenciais da cultura urbana é, sem dúvida, a especialização profissional, que dividiu a população activa entre especialistas e produtores de alimento, e a estratificação social proveniente dessa especialização⁽³⁵⁾. Diversos elementos contribuíram para esta transformação, tão radical, da sociedade mesopotâmica. Avanços tecnológicos no domínio da irrigação artificial e novas técnicas de plantio com a introdução do arado semeador permitiram, de um lado, uma produção significativamente maior em uma área cultivada bem menor e, ao mesmo tempo, novas áreas de plantio puderam ser cultivadas e atribuídas ao deus principal da cidade, sendo administradas e exploradas pelo templo⁽³⁶⁾. Por outro lado, o aumento demográfico permitiu a especialização profissional e criou um novo tipo de relação entre os membros da sociedade e os meios de produção⁽³⁷⁾. Havia, pois, uma tendência de especialização das actividades bastante clara no processo de urbanização. Os produtores de alimentos viviam nas aldeias e produziam, agora, mais do que consumiam e com os excedentes podiam alimentar os especialistas estabelecidos no centro urbano⁽³⁸⁾.

Neste processo de urbanização as antigas comunidades agrícolas perderam, pois, sua homogeneidade e auto-suficiência. Num primeiro momento, havia, certamente, uma relação de complementariedade entre a cidade e a aldeia, mas logo a sociedade tornou-se hierarquizada, com as aldeias dependendo dos centros urbanos. A invenção da escrita no início do terceiro milénio veio reforçar, ainda mais, o poder da burocracia

urbana. Os diferentes especialistas, quer burocráticos (escribas, administradores etc.), que formavam a minoria da comunidade (c. 20%), tornaram-se os privilegiados da nova sociedade. As comunidades rurais, como unidades independentes de produção, desapareceram, tornaram-se tributárias da cidade e foram incorporadas ao sistema de produção da cidade-Estado suméria⁽³⁹⁾.

Neste novo tipo de sociedade fazia-se mister criar novos pólos decisórios aceites por todos, já que o poder dos chefes de família, vigente na antiga comunidade rural, era insuficiente para gerir o governo de uma cidade-Estado. Surgiu, então, um novo centro de governo da cidade ligado inicialmente ao templo e mais tarde ao palácio, que L. Oppenheim denominou as Grandes Organizações⁽⁴⁰⁾. Nas primeiras organizações urbanas da Baixa Mesopotâmia o templo do deus principal da cidade era o centro político e económico da cidade-Estado; mais tarde, a partir do período proto-dinástico IIIa (c. 2600-2500 a. C.), e talvez até já um pouco antes, apareceu o palácio como residência do governante da cidade e separado do complexo⁽⁴¹⁾. Em pouco tempo, o palácio tornou-se o centro da vida social, política e económica da cidade-Estado, embora os templos continuassem os grandes proprietários das terras cerealíferas.

A base da economia da Baixa Mesopotâmia continuava, essencialmente, agro-pastoril, mas os especialistas dos centros urbanos produziam, agora, produtos manufacturados muito procurados pelos mecanismos de troca de bens, principalmente, com outras regiões⁽⁴²⁾. Nas cidades sumérias o sistema económico era, eminentemente, redistributivo. A circulação dos bens produzidos efectuava-se por meio de um sistema bastante complexo de recolhimento, armazenamento e redistribuição desses bens aos diferentes membros da comunidade da cidade-Estado⁽⁴³⁾. O templo do deus principal da cidade-Estado parece ter sido, pelo menos inicialmente, o centro para o qual fluíam a produção dos grandes domínios templários, as contribuições e os tributos que eram armazenados nos silos e depósitos da administração central e onde, também, se iniciava o processo de redistribuição. Continuava, pois, o mesmo sistema *oikos* (em sumério *É* = casa) de economia já encontrado nas comunidades rurais do período neolítico. O *oikos* indica, em si, uma comunidade doméstica e representa uma unidade sócio-económica. Mas agora toda a cidade-Estado era gerida como um grande *oikos* (*É.GAL*) administrado pelo governante da cidade e todos os habitantes dessa cidade-Estado dependiam, de uma ou de outra maneira, desse

oikos⁽⁴⁴⁾. O centro administrativo desse grande *oikos* foi, inicialmente, o templo e mais tarde o palácio⁽⁴⁵⁾ e o governante da cidade-Estado suméria recebeu nomes diferentes de acordo com o modelo de cidade-Estado em questão⁽⁴⁶⁾.

Na cidade suméria a propriedade de grande parte das terras produtivas, tão importante em uma economia essencialmente agrícola, parece ter sido atribuída aos deuses da cidade-Estado, que as exploravam por meio dos templos. O governante da cidade-Estado não era, necessariamente um sacerdote, mas, em todos os textos conhecidos, ele era considerado o representante da divindade, e como tal o responsável pela exploração dessas terras⁽⁴⁷⁾. Enquanto responsáveis pela produção de alimentos, os grandes domínios templários desempenhavam um papel central na vida económica e social da cidade-Estado suméria. O centro urbano era, também, responsável pelo mecanismo de redistribuição dos bens produzidos entre os membros da comunidade. A acumulação de bens nos tesouros dos templos e palácios não servia, apenas, para alimentar a máquina redistributiva da cidade-Estado, ela era, também, fonte de poder sócio-económico e alimentava aquilo que S. Morenz denominou economia de prestígio típica no Antigo Oriente⁽⁴⁸⁾.

As terras dos grandes domínios administrados pelos templos eram divididas, desde o período Djemdet Nasr, em *GÁNA.EN* (“campo do *EN*”) e *GÁNA.ŠUKU* (“campo de sustento”)⁽⁴⁹⁾. O primeiro tipo de campo, que representava cerca de 80% dos campos dos domínios templários, era cultivado pelos funcionários da administração central e sua produção destinava-se às necessidades dos governantes e de suas famílias, do culto e dos sacerdotes; os campos designados como *GÁNA.ŠUKU*, cerca de 20% da totalidade, eram parcelas de terra atribuídas aos altos funcionários a título de sustento⁽⁵⁰⁾. A partir da primeira dinastia de Lagaš (c. 2520-2355 a. C.), a documentação conhecida apresenta-nos já uma divisão tripartida das terras da administração central: *GÁNA.NÌ.EN.NA* que designava as terras exploradas directamente pela administração central para satisfazer suas necessidades; *GÁNA.ŠUKU* indicava das parcelas de terra atribuídas aos funcionários a título de sustento e os *GÁNA..APIN.LÁ*, que representavam uma pequena parte de campos alugados a funcionários ou a pequenos produtores em troca de uma parte da produção⁽⁵¹⁾.

Os primeiros textos que a escrita cuneiforme, criada no início do terceiro milénio, produziu, eram documentos de carácter administrativo e

pertenciam, sem dúvida, aos arquivos da administração central⁽⁵²⁾. Naturalmente, o uso indevido de elementos fornecidos por esse tipo de documentação corre o risco de viciar a compreensão das estruturas sociais e económicas da cidade-Estado suméria. Foi o que aconteceu com a tese da cidade-templo defendida pela economista A. Schneider baseada em textos de Lagaš, da época de Eannatum II (c. 2400 a. C.), de Lugallanda (c. 2370 a. C.) e de Uruinimguina (c. 2355 a. C.), que lhe tinham sido fornecidos pelo assiriólogo A. Deimel⁽⁵³⁾. A tese da cidade-templo pode, basicamente, ser assim delineada: durante o período pré-sargónico todas as terras produtivas pertenciam aos templos e a vida económica da cidade suméria estava sob total controlo destes⁽⁵⁴⁾. Toda a argumentação de Schneider e Deimel estava construída em cima de textos provenientes de um único arquivo de uma instituição denominada *É.MÍ* (literalmente: casa da mulher) da *É.^dBA.Ú* e traduzida por Deimel como “templo da deusa Bau”⁽⁵⁵⁾. Os textos deste arquivo referem-se a diferentes problemas, como irrigação, administração dos campos cerealíferos, produção de lã, criação de animais, pescaria, tributos, aluguer de campos etc.⁽⁵⁶⁾. As terras atribuídas a esta unidade económica estavam divididas, como todas as terras de arquivos públicos, em *GÁNA.NÍ.EN.NA*, *GÁNA.ŠUKU* e *GÁNA.APIN.LÁ*. Uma interpretação extrema destes textos levou à concepção de uma cidade-Estado suméria de tipo teocrático.

Em 1954 o ilustre sumerólogo A. Falkenstein publicava um importante artigo, em que, mesmo aceitando a teoria da cidade-templo, matizou alguns exageros da posição de Deimel, admitindo, entre outras coisas, que ao lado da economia templária havia, também, outros tipos de economia e corrigindo, outrossim, o conceito de cidade teocrática⁽⁵⁷⁾.

Inicialmente a teoria da cidade-templo teve grande aceitação entre os assiriólogos. Mas logo surgiram vozes críticas que contestaram, exactamente, o frágil embasamento da teoria da cidade-templo. Diakonoff baseou sua crítica nos dados relativos à área dos campos da instituição *É.MÍ* da *É.^dBA.Ú* fornecidos na documentação; segundo os seus cálculos, as medidas atribuídas às terras produtivas do domínio de *É.^dBA.Ú* não podiam corresponder à área total produtiva da cidade de Lagaš⁽⁵⁸⁾. Gelb critica a fraca fundamentação textual da teoria da cidade-templo e mostra o perigo de construir toda uma tese, que segundo seus autores valia para todo o período pré-sargónico, em cima de um único arquivo de uma determinada época⁽⁵⁹⁾. Hoje em dia, uma análise mais abrangente de todos os textos pré-sargónicos pode mostrar que, se o papel do tem-

plo na economia da cidade-Estado suméria, como principal produtor de alimentos, era fundamental na economia suméria pré-sargónica, contudo nem todas as terras produtivas eram propriedades templárias⁽⁶⁰⁾.

Um outro grupo de textos originários de Zabala, uma localidade próxima da cidade suméria de Umma, datados do reinado de Lugalzagesi (c. 2350 a. C.), é importante para o estudo da relação entre o templo e o palácio no período proto-dinástico. Estes textos – cerca de 100 tábuas cuneiformes – pertencem a um grande arquivo do templo Ezikalama dedicado à deusa Inanna e mostram, com clareza, a íntima relação existente entre a economia do templo e o *ENSÍ*. A análise destes textos permite-nos concluir que o governante da cidade controlava, nesta época, tanto a economia palatina como a templária⁽⁶¹⁾.

III

Além da abundante documentação originária dos arquivos templários e palatinos, o período pré-sargónico transmitiu-nos, também, um outro tipo de textos que atestam um movimento de compra e venda de bens móveis e imóveis entre pessoas particulares. A assiriologia hodierna conhece dois tipos de material documentário, que conservaram esses contratos de compra e venda.

O primeiro tipo é constituído por textos conservados em estelas, estatuetas, figurinhas e, até mesmo, tábuas de pedra, que registam a aquisição, por compra, de diversas parcelas de terra. Esses campos, certamente destinados à cultura cerealífera, eram comprados por uma única pessoa a um ou vários vendedores. O material usado pelos escribas nestes registos foi a pedra, um material raro, e por isso mesmo caro, na Baixa Mesopotâmia. Só a escolha deste tipo de material já demonstra o valor desses documentos. Dada a sua forma externa, Gelb comparou-os com os *kudurrus* da época cassita e pós-cassita e denominou-os, destarte, *ancient kudurrus*⁽⁶²⁾.

Os *kudurrus* da época cassita e pós-cassita registravam dádivas de terra dos reis a altos funcionários da administração cassita⁽⁶³⁾. O assiriólogo russo Diakonoff julga o nome *ancient kudurru* bastante infeliz, já que há diferenças não só formais mas, também, no próprio género literário dos dois tipos de documentos. Enquanto os *kudurrus* cassitas e pós-cassitas registavam presentes reais de terras a altos funcionários do

reino ou representavam documentos de imunidade, os documentos da época pré-sargónica, lavrados em pedra, conservaram o registro de compras de terra. Diakonoff prefere, por isso, o antigo nome de *Sammelurkunden* para esse tipo de documentos⁽⁶⁴⁾.

A assiriologia conhece, hoje, cerca de 43 exemplares desses antigos registos colectivos de compras de terra do período pré-sargónico; 11 deles pertencem ao período Uruk III ou Djemdet Nasr (c. 3100-2900 a. C.), 3 aos períodos pré-dinásticos I e II (c. 2900-2600 a. C.), 10 ao período de Fara ou pré-dinástico IIIa (c. 2600-2450 a. C.) e 19 ao período pré-dinástico IIIb (c. 2450-2340 a. C.)⁽⁶⁵⁾. O uso deste tipo de documentos prosseguiu até à época sargónica (c. 2340-2198 a. C.) e parece ter desaparecido, completamente, com o advento de Ur III (c. 2111-2003 a. C.).

O exame da procedência desse tipo de documentos mostra, claramente, que eles são geograficamente originários de praticamente todas as regiões da Baixa Mesopotâmia, desde o Norte, de influência marcadamente semita, como Assur, Acade, Sippar, Kiš, Babel e Dilbat e a região do rio Diyālā (Ešnunna e Tutul) até ao Sul, de maior influência suméria, com Lagaš, Nippur, Adab, Umma e Šuruppak. Em cidades do extremo sul, como Eridu, Larsa, Ur e Uruk não foram, até hoje, encontrados documentos desta natureza. O tipo de escrita cuneiforme varia de acordo com a data de composição do texto; os mais antigos, do período Uruk III, apresentam um tipo de escrita mais pictográfica, cuja interpretação nem sempre é fácil, já os mais recentes usam uma escrita mais tipicamente cuneiforme⁽⁶⁶⁾. É usada tanto a língua suméria como a acádica, conforme o lugar de origem do documento.

O formulário dos registos colectivos de tipo *ancient kudurru* pode variar entre uma formulação bastante lacónica, que menciona, apenas, as medidas dos campos vendidos, o preço e os nomes dos vendedores e do comprador, e uma mais ampla, que enumera, também, pagamentos adicionais e presentes bem como o nome de vendedores secundários, de testemunhas e de oficiais da administração central, que autorizavam ou testemunhavam a compra⁽⁶⁷⁾. Cláusulas de garantia típicas dos contratos de compra e venda conservados nas tabuinhas de argila desde o período Fara, e durante toda a história da literatura babilónica, precem faltar, totalmente, neste tipo de documentos⁽⁶⁸⁾.

É típico, pois, deste tipo de documentação, registar a compra de diversos campos cerealíferos efectuada por um mesmo comprador a um ou vários vendedores. É, assim, comum que ao lado do vendedor prin-

principal que recebe o preço do campo⁽⁶⁹⁾, apareçam outras personagens, que são uma espécie de vendedores secundários, contemplados, igualmente, com um tipo de pagamento em prata, cobre ou em espécie⁽⁷⁰⁾. A interpretação mais comumente aceite é que esses vendedores secundários seriam parentes do vendedor principal e estariam participando do acto de venda do campo⁽⁷¹⁾.

Em relação ao tamanho dos campos vendidos nesse tipo de documento, nota-se, também, uma diferença entre o Norte e o Sul da Mesopotâmia. Normalmente os campos negociados em regiões ao Norte da Baixa Mesopotâmia são, substancialmente, mais extensos⁽⁷²⁾. Os compradores são, geralmente, altos funcionários da administração central templária ou palatina⁽⁷³⁾. Entre os vendedores, também, aparecem alguns altos funcionários, mas, normalmente, a profissão do vendedor não é mencionada. Aliás, levando-se em conta que esse tipo de documentos regista, geralmente, a compra de grandes parcelas de terra arável efectuada por um mesmo comprador, não admira que este esteja entre os grandes funcionários da administração central, certamente os financeiramente mais capacitados para uma transacção comercial de tal porte.

Em relação a esses antigos documentos lavrados em pedra pode-se, ainda, indagar sobre a sua finalidade. Por que se registariam, em uma estela de pedra, todas as compras de terras realizadas por um mesmo cidadão em um determinado período de tempo? Como já foi mencionada acima, a pedra era um material praticamente inexistente na Baixa Mesopotâmia, portanto devia ser importado e sua aquisição era dispendiosa. Um documento lavrado em uma estela de pedra devia ter, sem dúvida, um carácter oficial. Tratava-se, provavelmente, de um registo oficial que devia estar exposto em um lugar público e podia ser consultado em qualquer caso de dúvida relativa às transacções realizadas.

Além dos contratos registados nas estelas de pedra (*"ancient kudurrus"*), acima mencionados, a assiriologia dispõe, também, para o estudo da economia da sociedade pré-sargónica, de um outro tipo de documento que começa a aparecer a partir do período Fara (c. 2600-2450 a. C.). Trata-se de contratos de compra e venda de bens móveis e imóveis (campo, pomar, casa, escravo, etc...) registados em tabuinhas de argila. A tábuca de argila tornou-se, depois do período Fara, o material preferido da escrita cuneiforme até final da sua história. Conhece-se, hoje, cerca de 64 textos desta natureza, que podem ser com certeza datados da época pré-sargónica; 42 deles pertencem ao período Fara e 22 ao período

do pré-dinástico IIIb (c. 2450-2340 a. C.)⁽⁷⁴⁾. Esse grupo de textos é, sem dúvida, de suma importância para o estudo da propriedade fundiária na Baixa Mesopotâmia durante o período pré-sargônico.

Todos esses contratos apresentam uma determinada tipologia: começam com a menção do preço, avaliado, geralmente, em cobre e às vezes em prata e das medidas do campo, do pomar ou da casa, no caso de bens imóveis⁽⁷⁵⁾, incluindo em seguida outros tipos de reembolso (*NÍG.DIRIG*) e de presentes (*NÍG.BA*), inclusive em bens naturais, para o vendedor ou os vendedores; segue a lista de testemunhas (que também podiam receber presentes) e o nome do comprador. O contrato termina, em geral, com a menção do funcionário responsável pela legitimidade da transação e da localização do imóvel em questão⁽⁷⁶⁾. Esta tábua de argila, com o texto do contrato, significava uma garantia para o comprador do imóvel contra possíveis futuras reclamações do direito de propriedade desse mesmo comprador⁽⁷⁷⁾. Por isso, cada contrato registado na tabuinha cuneiforme era entregue ao novo proprietário e depositado no seu arquivo familiar e ali conservado cuidadosamente. A língua usada neste tipo de contrato era, no período pré-sargônico, quase exclusivamente o sumério⁽⁷⁸⁾.

Nos contratos relativos à compra e venda de bens imóveis, que são os que nos interessam neste contexto, aparecem um ou vários cidadãos, provavelmente parentes, que vendem um campo, um pomar ou uma casa a um outro cidadão. Ao contrário dos textos do tipo *kudurru*, os compradores nestes contratos não são, apenas, altos funcionários da administração central, mas cidadãos de diferentes camadas sociais⁽⁷⁹⁾. Não deixa de ser interessante observar que a maior parte das tabuinhas de argila com contratos de compra e venda de imóveis é proveniente da região de Šuruppak, hoje Fara, uma cidade situada ao norte da Baixa Mesopotâmia, onde a influência das populações semitas era, sem dúvida, marcante. Mas há também contratos, desta época, provenientes de cidades, como Uruk, Guirsu e Nippur, tradicionalmente sumérias.

IV

Os estudos arqueológicos do período neolítico mostraram, claramente, que o homem do Antigo Oriente experimentou, nesta época, uma transformação radical, embora paulatina, em seu *modus vivendi*. Ele

deixou, aos poucos, de ser um simples caçador e colector de alimentos e tornou-se o produtor dos meios de sua própria subsistência. Esta situação nova para o homem neolítico exigiu dele mudanças substanciais em seus hábitos de vida. Ele sentiu a necessidade de uma maior fixação a um determinado ambiente geográfico e vai, assim, passando de uma vida nómada a uma vida sedentária. Começou, então, a viver em agrupamentos humanos maiores e a formar as primeiras aglomerações. A própria necessidade de produzir alimentos obrigou o homem neolítico a apropriar-se de terras para cultivá-las e semeá-las e a domesticar alguns tipos de animais selvagens. Surgiram, assim, as primeiras aldeias neolíticas. Nesse tipo de aldeia o centro económico parece ter sido a casa da família extensa (sumério *É*, acádico *bītum*). Uma economia doméstica neolítica devia ser, por sua própria estrutura, autosuficiente e produzir, não só alimentos, mas tudo o que uma família precisava para sobreviver.

De facto, a cultura material desse período, estudada pela arqueologia, mostrou que a organização de uma aldeia neolítica era bastante simples. Ela era, em geral, constituída por poucas famílias extensas que centravam suas actividades produtivas em uma economia doméstica. Todas as actividades de produção e transformação dos alimentos, bem como a produção textil e a produção de vasilhames (cerâmica) e de outros instrumentos necessários ao cultivo da terra eram realizadas dentro da economia doméstica das famílias extensas de uma aldeia⁽⁸⁰⁾. Naturalmente, a economia de uma sociedade desta natureza era, essencialmente, uma economia de subsistência, baseada, fundamentalmente, na reciprocidade. A base da economia neolítica era agro-pastoril.

Finley denominou este tipo de economia, típico do Mundo Antigo em geral, de economia-*oikos*⁽⁸¹⁾. O termo grego *oikos* indica, em si, não apenas a casa física, mas a organização sócio-económica de uma família. Pode-se, pois, concluir, que o termo *oikos* expressa uma comunidade doméstica e representa uma unidade sócio-económica. Os campos cerealíferos, principais meios de produção neste tipo de economia, pertenciam, certamente, à comunidade de famílias extensas. O chefe de uma família extensa era proprietário fundiário, provavelmente, enquanto membro da comunidade aldeã. Em uma sociedade deste tipo seria, certamente, anacrónico falar de direito de propriedade, direito de alienação de bens imóveis, bem como de economia privada ou pública. Toda a vida económica da aldeia era dirigida pela comunidade de famílias extensas.

Em uma sociedade desta natureza não havia lugar para um processo de estratificação social propriamente dito. O poder decisório na aldeia era exercido, paritariamente, pelos chefes das famílias extensas (anciãos).

Em meados do quarto milénio antes da nossa era, começou na Mesopotâmia um processo de urbanização, que culminou, no período Uruk III ou Djemdet Nasr (3500-3100 a. C.), com a fundação da cidade-Estado suméria. Esta etapa decisiva foi precedida por diversas etapas preparatórias, que provocaram, na sociedade mesopotâmica, uma crescente estratificação social. Uma dessas etapas foi, sem dúvida, a divisão da população activa em especialistas e produtores de alimentos. Estes continuaram a viver nas aldeias, enquanto que os diferentes especialistas se estabeleceram no centro urbano e, aos poucos, constituíram uma classe privilegiada⁽⁸²⁾. Com a predominância do centro urbano sobre a aldeia, as antigas comunidades aldeãs perderam sua auto-suficiência e homogeneidade. Elas tornaram-se tributárias do centro urbano e dependiam dele para a sobrevivência de seus membros. O processo de urbanização trouxe consigo uma mudança significativa na própria tipologia da sociedade. Os pólos decisórios da antiga comunidade aldeã não eram mais suficientes para gerir o governo de uma cidade-Estado. A nova estrutura estatal, com um centro urbano e diversas aldeias dependentes desse centro, criaram a necessidade de um governo centralizado para poder resolver os novos problemas de irrigação artificial, de defesa da cidade, de solução de conflitos internos e externos e de comércio a longa distância que surgiram com a criação da cidade-Estado. O assiriólogo A. L. Oppenheim denominou esses novos pólos sócio-políticos e económicos, baseados nos templos e, mais tarde, no palácio, as Grandes Organizações (*the Great Organizations*)⁸³.

O estudo arqueológico de uma cidade-Estado, como Uruk, mostrou como o centro urbano estava construído em função do grande complexo templário da cidade⁸⁴. Os restos arqueológicos dos edifícios do complexo templário demonstram, claramente, que o templo não era, apenas, um centro cútico-religioso; ele era, também, o centro político e económico da cidade-Estado. Arquivos pré-sargónicos, provenientes de diversas cidades sumérias, mostra-nos os templos como proprietários de grandes extensões de terras produtivas.

A população activa da cidade-Estado dependia, de alguma maneira, da economia templária, e grande parte dessa população trabalhava no cultivo dos campos classificados, nos documentos da época, como

GÁNA.EN, cuja produção destinava-se às necessidades da administração central e ao mecanismo distributivo. Os funcionários mais graduados participavam do processo produtivo, enquanto trabalhavam os *GÁNA.ŠUKU*, campos de sustento, recebidos da administração central a título de pagamento pelos serviços prestados. Além disso, os templos alugavam uma boa parte das suas propriedades fundiárias, os *GÁNA.APIN.LÁ*, empregando, destarte, a mão-de-obra de pequenos e médios produtores na exploração de parte de suas terras.

O tipo de economia exercido pelo templo e pelo palácio continuava, contudo, na linha de uma economia do tipo *oikos*. Apenas que, agora, o templo ou o palácio representavam um grande *oikos*, cuja produção estava destinada, dentro do mecanismo de redistribuição, à subsistência da população da cidade-Estado. O templo ou o palácio encarregavam-se, outrossim, do armanejamento dos excedentes necessários para alimentar os especialistas, que não produziam seu próprio alimento, e para a sementeira da próxima safra bem como da armazenagem da matéria-prima e de outros produtos da indústria têxtil e do artesanato da cidade-Estado essenciais para o mecanismo de trocas no comércio a longa distância. Não se pode, contudo, classificar a cidade-Estado como uma cidade teocrática e nem definir a sua economia como uma economia estatal. Ao lado do grande *oikos*, representado pelo templo ou pelo palácio, que, certamente, dominava a economia da cidade-Estado suméria, continuavam a existir os outros *oikos* privados constituídos pelas diversas famílias de pequenos e médios produtores. A abundante documentação representada pelos documentos colectivos do tipo "*ancient kudurrus*", que registavam um intenso movimento de compra e venda de campos cerealíferos e pelas tabuinhas de argila, provenientes de Šuruppak e de outras regiões, com contratos de compra e venda de bens móveis e imóveis, atestam, sem dúvida, a presença de pessoas particulares nos mecanismos de produção agrícola.

É verdade que os "*ancient kudurrus*" registam, geralmente, como compradores dos campos altos funcionários da administração central, dependentes, portanto, da Grande Organização. Já os contratos das tabuinhas de argila elencam entre os compradores, também, pessoas de outras camadas sociais. Um outro elemento importante que se pode detectar na análise dos dois tipos de documentos, acima mencionados, é o facto de, junto com o vendedor principal, serem elencados outros cidadãos, que recebiam também, alguma espécie de pagamento.

Estes cidadãos eram, provavelmente, parentes do vendedor principal e, como tal, participavam, também, da venda do campo em questão. Esta menção de vendedores secundários pode, talvez, sugerir uma propriedade comunitária dos meios de produção, remanescente do tempo das comunidades aldeãs.

Esta mesma documentação mostra-nos, outrossim, que os campos cerealíferos, negociados nos contratos desta época, eram bem mais extensos no Norte, e nas áreas vizinhas do Norte, do que no Sul da Baixa Mesopotâmia, que poderia sugerir a conclusão de que a propriedade privada de campos produtivos era mais espalhada no Norte do que no Sul. Baseados nestes elementos, alguns autores julgam até que a instituição da propriedade privada se tenha originado no Norte da Baixa Mesopotâmia, onde predominavam, na população, as camadas semitas⁽⁸⁵⁾. Os elementos fornecidos pela documentação não parecem, contudo, suficientes para sustentar esta hipótese.

A documentação proveniente de arquivos de templos do Sul da Baixa Mesopotâmia parece confirmar que a economia templária, com seu modo próprio de produção e seu sistema de propriedade de terras, foi um fenómeno típico, originário do Sul, que se alastrou para o Norte, sem, contudo, conseguir superar a importância da economia palatina ou anular a economia familiar⁽⁸⁶⁾.

A partir da análise da documentação conhecida, pode-se, provavelmente, admitir que no Norte da Baixa Mesopotâmia a economia palatina tenha superado e até controlado a economia templária. Mas o papel da economia familiar "privada" tanto no Sul como no Norte da Baixa Mesopotâmia não parece ter sido relevante na economia pré-sargónica. Embora os textos deste período atestem a presença de altos funcionários no movimento de compra e venda de extensos campos produtivos, contudo a produção desses campos permanecia, como nos períodos seguintes até o período páleobabilónico, em uma linha de subsistência e até de prestígio da família em questão. Os grandes proprietários fundiários, que dominavam e controlavam a produção agrícola de uma cidade-Estado suméria eram, sem dúvida, principalmente os templos. O pequeno e o médio produtor desempenhavam, apenas, um papel secundário nessa economia, enquanto trabalhavam as terras dos templos ou alugavam parcelas dessas terras, participando, assim, do ciclo produtivo controlado pelas Grandes Organizações.

Notas

- (1) Cf. V. Gordon CHILDE, *A evolução cultural do homem*, Rio de Janeiro, 1981, p. 77s.; Idem, *O que aconteceu na história*, Rio de Janeiro, 1981, p. 51s. Esta terminologia é, sem dúvida, imprecisa, já que não se trata de uma revolução propriamente dita, mas sim de uma passagem longa e paulatina.
- (2) Cf. H. J. NISSEN, *Grundzüge einer Geschichte der Frühzeit des Vorderen Orients*, Darmstadt, 1983, p. 18s.
- (3) Cf. J.-P. GREGOIRE, «L'Origine et le Developpement de la Civilisation Mésopotamienne du Troisième Millénaire avant notre ère», em: C.-H., BRETEAU etc. (ed.), *Production, Pouvoir et Parenté dans le Monde Méditerranéen de Sumer a nos jours*, Paris, 1981, p. 50s.
- (4) Cf. J.-P. GREGOIRE, o. c., p. 51.
- (5) Cf. J. MELLAART, *The Neolithic of the Near East*, 1975, pp. 35-38.
- (6) Cf. J.-P. GREGOIRE, o. c., p. 50.
- (7) Cf. j.-p. GREGOIRE, o. c., p. 53.
- (8) Cf. J. OATES, «Choga Mami», em *Iraq* 31 (1969), pp. 115-152.
- (9) Cf. J. MELLAART, o. c., pp. 35-38 e pp. 42-48.
- (10) Cf. H. J. NISSEN, o. c., p. 41s.; J.-P. Gregoire, o. c., p. 54.
- (11) Cf. M. LIVERANI, *Antico Oriente. Storia, Società, Economia*, Roma-Bari, 1988, p. 76.
- (12) Este tipo de economia é, geralmente, denominado *economia-oikos*. Foi o modelo típico das economias antigas tanto pré-clássicas como também clássicas. Cf. M. FINLEY, *A Economia Antiga*, Porto, 1986, pp. 19-43.
- (13) Cf. M. LIVERANI, o. c., p. 77.
- (14) Cf. J.-P. GREGOIRE, o. c., p. 54.
- (15) Cf. J.-P. GREGOIRE, o. c., p. 54.
- (16) Cf. M. LIVERANI, o. c., p. 72s.
- (17) Cf. M. LIVERANI, o. c., p. 74.
- (18) Cf. M. LIVERANI, o. c., p. 74.
- (19) Cf. M. LIVERANI, o. c., p. 74.
- (20) Cf. H. J. NISSEN, o. c., p. 35s.
- (21) Cf. I. M. DIAKONOFF, «The Rural Community in the Ancient Near East», *JESHO* 18 (1975), pp. 121-133; idem, *Structure of Society and State in early dynastic Sumer*, Los Angeles, 1974, p. 8.
- (22) Cf. K. V. FLANNERY, «Origins and Ecological Effects of Early Domestication in Iran and the Near East», em: UCKO, P. J. and DIMBLEBY, G. W. (eds.), *The Domestication and Exploitation of Plants and Animals*, London, 1969, p. 62. Os seus cálculos mostram que no período anterior havia, aproximadamente, uma densidade populacional de 0.04 habitante por km² e, em uma economia irrigada, a densidade era de seis habitantes por km².
- (23) Cf. K. V. FLANNERY, o. c., p. 94. Cf. também, J.-P. GREGOIRE, o. c., p. 56.
- (24) Cf. J.-P. GREGOIRE, o. c., p. 56.
- (25) Cf. J.-P. GREGOIRE, o. c., p. 56.

- (26) Cf. J.-P. GREGOIRE, *o. c.*, p. 57.
- (27) Cf. R. Mc C. ADAMS, «Patterns of Urbanization in Early Southern Mesopotamia», em: P. J. UCKO, R. TRINGHAM, G. W. DIMBLEBY (eds.), *Man, Settlement and Urbanism*, London, 1972, p. 738.
- (28) Cf. J.-P. GREGOIRE, *o. c.*, p. 58.
- (29) Cf. H. J. NISSEN, *o. c.*, p. 49s.
- (30) Cf. M. LIVERANI, *L'Origine delle città*, Roma, 1986, pp. 47-64; P. CHERVÁT, *Ancient Mesopotamia*, Praga, 1993, pp. 124-212.
- (31) Cf. J.-P. GREGOIRE, *o. c.*, p. 61. Cf. também R. Mc C. ADAMS e H. J. NISSEN, *The Uruk Countryside: The Natural Setting of Urban Societies*, Chicago, 1972.
- (32) Cf. S. N. KRAMER, *The Sumerians*, Chicago, 1964, pp. 73-111; G. PETTINATO, *I Sumeri*, Bari-Roma, 1991, pp. 96-134. Cf. também M. LEBEAU, «Esquisse d'une histoire de la Haute Mésopotamie au debut de l'Age du Bronze», *ZA* 80 (1990), pp. 241-296.
- (33) Destaca-se no centro da Baixa Mesopotâmia a cidade de Kiš.
- (34) Na região do Diyála a cidade mais célebre é, sem dúvida, Ešnunna.
- (35) Cf. M. LIVERANI, *L'Origine delle città*, p. 97s.
- (36) Os textos administrativos desta época são, em sua quase totalidade, provenientes de arquivos oficiais dos templos. Cf. P. STEINKELLER, *Grundeigentum in Babylonien von Uruk IV zur frühdynastischen Periode II*, *Jahrbuch der Wirtschaftsgeschichte, Sonderband*, Berlin, 1987, pp. 11-25.
- (37) Cf. M. LIVERANI, *L'Origine delle città*, p. 97.
- (38) Cf. P. CHERVÁT, *o. c.*, p. 173s.
- (39) Cf. I. M. DIAKONOFF, «The Rural Community in the Ancient Near East», *JESHO* 18 (1975), pp. 121-133.
- (40) Cf. A. L. OPPENHEIM, *Ancient Mesopotamia*, Chicago, 1964, p. 95s.
- (41) Cf. P. R. S. MOOREY, «The Late Prehistoric Building at Jemdet Nasr», *Iraq* 38 (1976), pp. 95-106.
- (42) Cf. B. FOSTER, *Commercial Activity in Sargonic Mesopotamia*, *Iraq* 39 (1979), p. 31s.; H. KLENGEL, *Handel und Händler im alten Orient*, Wien-Köln-Graz, 1979, pp. 22-71.
- (43) Cf. J.-P. GREGOIRE, *o. c.*, p. 69.
- (44) Cf. I. J. GELB, «Household and Family in Early Mesopotamia», em E. LIPINSKI, *State and Temple Economy in the Ancient Near East*, vol. 1, Leuven, 1979, pp. 1-97.
- (45) Cf. J. MARGUERON, «Les Palais de l'Age du Bronze en Mésopotamie», em: P. GARELLI (ed.), *Le Palais et la Royauté*, Paris, 1974, pp. 11-26; D. O. EDZARD, «Problèmes de la Royauté dans la Période Présargonique», *ibid.*, pp. 141-161.
- (46) Assim em Uruk o título do governante parece ter sido *EN*, em Ur e em Kiš *LUGAL* e em Lagaš *ENSÍ*. Sobre o significado desses diversos títulos cf. G. PETTINATO, *I Sumeri*, pp. 238-251.
- (47) Cf. J. P. GREGOIRE, *o. c.*, p. 69.
- (48) Cf. S. MORENZ, *Prestige-Wirtschaft im Alten Ägypten*. Bayerische Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-Historische Klasse, Heft 4, München, 1969.
- (49) Cf. P. STEINKELLER, *Grundeigentum in Babylonien von Uruk IV bis zur frühdynastischen Periode II*, *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte, Sonderband*, Berlin, 1987, p. 12s.

- (50) Cf. G. PETTINATO, *I Sumeri*, p. 251s.
- (51) Cf. P. STEINKELLER, art. cit., p. 14; G. PETTINATO, *I Sumeri*, p. 252.
- (52) Cf. H. J. NISSEN, P. DAMEROW, R. K. ENGLUND, *Frühe Schrift und Techniken der Wirtschaftsverwaltung im alten Vorderen Orient*, Bad Salzdetfurth, 1991.
- (53) Cf. A. SCHNEIDER, *Die Anfänge der Kulturwirtschaft. Die sumerische Tempelstadt*, Essen 1920. Deimel publicou os textos de Laga em 1931 sob o título *Šumerische Tempelwirtschaft zur Zeit Urukaginas und seiner Vorgänger*, *Analecta Orientalia* 2, Roma, 1931.
- (54) Cf. A. DEIMEL, *Šumerische Tempelwirtschaft*, pp. 71-113. Deimel apresenta, aqui, um óptimo resumo da teoria da cidade-templo.
- (55) Sabe-se, hoje, que a expressão *É.dBA-Ú* não indica aqui um templo; a formulação *É.MÍdÉ.BA-Ú* indica uma instituição dirigida pela esposa do *ENSÍ*. Cf. K. MAEKAWA, «The Development of the *É.MÍ* in Lagash during Early Dynastic III» em *Mesopotamia*, vol. 8-9, Roma, 1973-1974, pp. 77-144, B. A. FOSTER, «A New Look at the Sumerian Temple State», *JESHO* 24 (1981), pp. 225-241.
- (56) Cf. J. BAUER, *Altsumerische Wirtschaftstexte aus Lagasch*, Rome, 1972; G. J. SELZ, «Altsumerische Verwaltungstexte aus Lagaš. Die Altsumerischen Wirtschaftsurskunden der Eremitage zu Leningrad» em *FAOS*, 15, 1, Stuttgart, 1989.
- (57) Cf. A. FALKENSTEIN, «La cité-temple sumérienne», *Cahiers d'Histoire Mondiale*, 1 (1954), pp. 784-814.
- (58) Cf. I. M. DIAKONOFF, *Structure of Society and State in Early Dynastic Sumer*, Los Angeles 1974, p. 6s.
- (59) Cf. I. J. GELB, «On the alleged Temple and State and State Economies in Ancient Mesopotamia», *Studi in onore di E. Volterra*, VI, Milano, 1969, pp. 137-154.
- (60) Para uma visão crítica desta tese cf. J. NISSEN, Die «Tempelstadt»: Regierungsform der früh-dynastischen Zeit in Babylonien?, em H. KLENGEL (ed.), *Gesellschaft und Kultur im alten Vorderasien*, Berlin 1982, pp. 195-200. Cf. também B. A. FOSTER, «A New Look at the Sumerian Temple State», *JESHO* 24 (1981), pp. 225-241; G. PETTINATO, «Il binomio tempio-estado e l'economia della seconda dinastia de Lagash», *Oriens Antiquus*, 7 (1968), pp. 39-50.
- (61) Cf. M. A. POWELL, «Texts from the Time of Lugalzagesi: Problems and Perspectives in their Interpretation», *Hebrew Union College Annual*, 49, Cincinnati, 1978, pp. 1-58.
- (62) Cf. I. J. GELB, «On the alleged Temple and State Economies in Ancient Mesopotamia», em *Studi in onore di E. Volterra*, VI, Milano 1969, p. 141.
- (63) Cf. J. A. BRINKMAN, «*Kudurru*», em *Reallexikon der Assyriologie*, vol. 6, pp. 267-274; Cf. também *CAD* "K", p. 495s.
- (64) Cf. I. DIAKONOFF, *Oikumene* 3 (1982), p. 15; «... the Kassite and post-Kassite kudurru were usually grants of land and/or charters of immunity, while the *Sammelurkunden* of the 3. Millennium B.C. are deeds of purchase».
- (65) A melhor e mais recente edição desses textos é a de I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., «Earliest Land Tenure Systems in the Near East: Ancient Kudurru», *OIP*, 104, Chicago, 1991.
- (66) Cf. H. J. NISSEN, P. DAMEROW, R. K. ENGLUND, *Frühe Schrift und Techniken der Wirtschaftsverwaltung im alten Orient*, Bad Salzdetfurth 1991, pp. 158-168.
- (67) Sobre as diferentes tipologias de documentos desta natureza cf. I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., «Earliest Land Tenure Systems», pp. 199-203.

- (68) Cf. I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, pp. 213-228.
- (69) A expressão usada é, geralmente, *SÁM x GÍN KÙ.BABBAR... KÚ*: «o preço de x siclos de prata ele recebeu (literalmente "ele comeu")».
- (70) Cf. p. ex. a estátua de Lupada, escrita em sumério e originária de Guirsu no período de Fara, em I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 72 e a tábua de Lummatu, também em sumério e proveniente de Guirsu do período proto-dinástico IIIb, *ibid.*, p. 75. Para uma tradução alemã desses textos cf. D. O. EDZARD, *Sumerische Rechtsurkunden des III. Jahrtausends aus der Zeit vor der III. Dynastie von Ur*, München 1968, pp. 181-183 e pp. 185-191.
- (71) Cf. I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, pp. 15-20.
- (72) Cf. I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 25.
- (73) Assim, aparecem entre os compradores funcionários intitulados de LUGAL, ENSÍ, SANGA, EN etc... Cf. a lista com a profissão dos compradores funcionários elencados nos documentos coletivos («ancient kudurru») em I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, pp. 18-20. Note-se, contudo, que em um «ancient kudurru» proveniente de Adab, região mais perto do norte, aparece um SIMUG = ferreiro como comprador. Parece, contudo, tratar-se do único exemplo de um comprador, que não seja um alto funcionário, nos ancient kudurrus.
- (74) Cf. A. DEIMEL, *Wirtschaftstexte aus Fara*, Leipzig 1924. Para uma edição mais actual e completa dos textos, hoje, conhecidos cf. I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., *Earliest Land Tenure Systems in the Near East: Ancient Kudurrus*, Chicago 1991; D. O. EDZARD, *Sumerische Rechtsurkunden des III. Jahrtausends aus der Zeit vor der III. Dynastie von Ur*, München 1968; J. KRECHER, «Neue sumerische Rechtsurkunden des 3. Jahrtausends», *ZA* 63 (1974) 145-271.
- (75) Para a análise económica, que nos interessa neste contexto, trabalharemos, apenas, com os contratos de compra e venda de bens imóveis.
- (76) Cf. J. KRECHER, *ZA* 63 (1974), p. 151s. Para a tradução portuguesa de um contrato de compra de um campo, do período Fara, que pode oferecer um bom exemplo deste tipo de contrato cf. E. BOUZON, «Os modos de produção na Baixa Mesopotâmia do terceiro e segundo milénios da era pré-cristã», em C. F. Cardoso (Org.), *Modo de Produção Asiático. Nova visita a um velho conceito*, Rio de Janeiro, 1990, pp. 28-29.
- (77) Cf. D. CHARPIN, «Transmission des titres de propriété et constitution des archives privées en Babylonie ancienne», em K. R. VEENHOF (ed.), *Cuneiform Archives and Libraries*, Leiden, 1986, pp. 121-140.
- (78) Cf. I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 13, onde os autores escrevem: «The linguistic distribution of sale documents presents a less varied picture than that of the kudurrus. All forty-two Fara sale documents from Shuruppak (including one found at Uruk), all twenty Pre-Sargonic sale documents from Lagash, and one sale document from Adab are written in Sumerian. The exception is the Pre-Sargonic text n.º 156a, which is of unknown provenience and is written in Akkadian».
- (79) Cf. a lista de nomes dos compradores e vendedores elencados nas tabuinhas de argila em I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, pp. 19-20.
- (80) A arqueologia da Baixa Mesopotâmia encontrou nas casas neolíticas silos escavados no solo, fornos, áreas destinadas à habitação, áreas destinadas ao trabalho de moagem, de tecelagem e do ceramista. Cf. H. J. NISSEN, *Grundzüge einer Geschichte der Frühzeit des vorderen Orients*, pp. 18-40; P. CHARVÁT, *Ancient Mesopotamia*, pp. 42-57.
- (81) Cf. M. I. FINLEY, *A Economia Antiga*, pp. 19-43.

(82) Especialmente os especialistas cúlticos e, depois da invenção da escritura, os escribas, que dominaram a administração templária e palatina, formaram uma classe privilegiada, de grande influência na gestão da cidade-Estado suméria.

(83) Cf. A. L. OPPENHEIM, *Ancient Mesopotamia*, p. 95s.

(84) Cf. R. Mc C. ADAMS and H. J. NISSEN, *The Uruk Countryside. The Natural Setting of Urban Societies*, Chicago 1972; A. Parrot, *Archéologie Mésopotamienne. Technique et Problèmes*, Paris 1953, pp. 221-237; P. STEINKELLER, *Grundeigentum in Babylonien von Uruk IV bis zur frühdynastischen Periode II*, *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte, Sonderband: Das Grundeigentum in Mesopotamien*, Berlin 1987, pp. 11-27.

(85) Cf. I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 25: «On the basis of these data it can be tentatively suggested that the institution of "private"/alienable landed property originated in the north, from where it spread to the south...».

(86) Cf. I. J. GELB, P. STEINKELLER, R. M. WHITING Jr., *Earliest Land Tenure Systems*, p. 25: «Conversely, the institution of the temple household and its peculiar system of land tenancy appears to have been originally a southern phenomenon, which was eventually transmitted to the north, though never superseding in importance the royal and private households».